

A investigação em ciências do desporto

José MC Soares

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto

<https://doi.org/10.5628/rpcd.01.01.29>

Parece ser hoje indiscutível que se está a assistir a um aumento no investimento e no interesse generalizado pela investigação científica. A recente criação de um Ministério da Ciência e Tecnologia é disso um bom exemplo. O aumento no número de projectos de investigação de 190 para 2000 em 4 anos parece também traduzir um aumento no interesse na investigação. Este aumento terá, no entanto, de ser entendido não como um incremento qualitativo mas antes um esforço suplementar para vencer o atraso científico do país. Aliás, se este aumento fosse visto em termos absolutos, correríamos o risco de pensar que Portugal faz parte do grupo de países cientificamente mais desenvolvidos, até pelo facto de se saber que a taxa de crescimento do número de cientistas em Portugal está actualmente em 10%, enquanto que a média europeia se situa na casa dos 2%. Como se compreende então que o nosso país continue a ser considerado como um país “em vias de desenvolvimento científico”? Esta classificação só poderá ser entendida face ao enorme atraso que temos vindo a manter ao longo dos anos. Segundo declarações oficiais de responsáveis do Estado na área da Ciência, o grande investimento continuará a ser canalizado para os recursos humanos. De facto, continuamos apesar de tudo a ter cerca de metade do número de doutorados da média da União Europeia, significando isso uma escassez de quadros qualificados do ponto de vista científico. Ou seja, face ao enorme atraso verificado, muito se tem feito, mas muito ainda há para fazer. Se este é o quadro da Ciência, em geral, em Portugal, o que pensar da investigação aplicada ao desporto? As denominadas ciências do desporto (CD) estão

numa fase de franca expansão em termos internacionais. O reconhecimento, por um lado, do papel sócio-político do desporto de alto rendimento e, por outro, a reconhecida influência da actividade física na promoção da saúde, fizeram do desporto, tomado na sua dimensão mais global, uma entidade muito “apetecível” pelos mais diversos quadrantes sociais. Os mais recentes eventos desportivos têm vindo a demonstrar, particularmente em algumas modalidades, uma relação quase directa entre performance e investimento técnico e científico. Dos equipamentos desportivos, aos meios farmacológicos, da nutrição aos meios de treino, existe em todos estes aspectos uma forte componente técnica que ultrapassa o simples treino e a relação, muito romântica mas pouco real, do corpo e esforço.

O material desportivo é hoje estudado e avaliado utilizando as técnicas mais sofisticadas da biomecânica, combinando diversos saberes como sejam a anatomia, a física, a bioquímica ou a ergonomia. Por outro lado, no desporto de lazer, toda a atenção tem sido centralizada no potencial papel desta actividade na promoção da saúde, na diminuição dos factores de risco de numerosas doenças e ainda na sua utilização terapêutica. A relação directa entre exercício e doenças cardiovasculares, ou entre estilos de vida activo e algum tipo de neoplasias são, alguns exemplos, bem elucidativos. Estamos, portanto, perante uma actividade multilateral, com incidências sócio-económicas e políticas aos mais diversos níveis que atravessam a sociedade horizontal e verticalmente. Face a este quadro de interesses, qual o papel da Universidade?

A Universidade é, por excelência, o local da criação do saber. Será portanto de esperar que da Universidade saiam os principais contributos para as CD. A realidade é, no entanto, bem diferente. Neste momento, assiste-se, em termos internacionais, a um forte investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) no desporto, não só pelas universidades mas também pelo mundo empresarial. No desporto de rendimento, as marcas de material desportivo estão cada vez mais preocupadas em disponibilizar para os atletas seus patrocinados, meios de treino e equipamentos que lhes permitam ser mais rápidos e mais fortes. Desta forma, terão mais possibilidades de obter um melhor rendimento e, assim, serem mais visualizados na “aldeia global” e as vitórias aparecerem ligadas a esta ou aquela marca de equipamento ou produto nutricional. No desporto de lazer, o investimento industrial não é menor. A criação de máquinas de exercício, de equipamentos mais confortáveis e anatomicamente mais eficazes, a suplementação nutricional ou os meios eletroterapêuticos aplicados ao exercício, são algumas das áreas de maior investimento. Assistimos, assim, a uma secundarização, talvez até sadia e francamente estimuladora, do papel da Universidade na produção de conhecimento nas CD. O que fazem então as Universidades neste domínio? Em muitos casos apoiam a investigação industrial e noutros criam e desenvolvem as suas próprias linhas de pesquisa. O atleta de alto rendimento é um modelo de investigação de múltiplos recursos. Das ciências mais duras às denominadas ciências humanas, existe um manancial imenso de estudo e investigação. O desportista de alto rendimento coloca, inclusivamente, uma das questões mais intrigantes quando analisada sob as mais diversas perspectivas: quais os limites da performance humana? Poderá o coração de um ultramaratonista desenvolver-se ainda mais? Qual a magnitude de adaptação fisiológica do músculo de um halterofilista ou a coordenação e potência de um ginasta? Até onde irá a resistência física e psíquica de um tenista do circuito ATP? E de um ciclista profissional ou de um boxeur? Mas mais interessante ainda do que responder a estas questões é perceber, sem preconceitos, que muitas destas respostas poderão ser aplicadas em muitas outras

áreas de enorme interesse não só científico mas também social. O desportista de alto rendimento é, por exemplo, um modelo excepcional de estudo do stress sob as mais diferentes aproximações: do sistema imunitário, às perturbações da personalidade e até a algumas fobias sociais. Estamos então perante uma área motivadora e desafiadora. Motivadora porque nos coloca interrogações intelectualmente excitantes e desafiadora porque as respostas às inúmeras questões são, por vezes, inesperadas e até tangenciais com a crença e a superstição, fenómenos aliás tão comuns no desporto.

A investigação em CD em Portugal tem tido dois grandes pólos de localização: a Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da Universidade Técnica de Lisboa e a Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF-UP). Qualquer uma destas Faculdades tem vindo a desenvolver uma quantidade dos esforços, por vezes, inimagináveis no sentido da promoção e afirmação desta área do saber. Infelizmente, o reconhecimento científico das CD é, em Portugal, ainda escasso e os recursos financeiros são diminutos, ou nulos, e difíceis de obter. É bem exemplo desta situação, a não inclusão das CD como área científica pela Fundação de Ciência e Tecnologia. Isto demonstra, sem dúvida, um elevado grau de ignorância científica por parte das entidades competentes, mas revela também alguma inépcia por parte das pessoas mais interessadas no desenvolvimento desta área, ou seja, da nossa parte, dos académicos. Como diz o ditado, pior do que ser cego é não querer ver. Se concordo em absoluto nalguma miopia intelectual do Estado, tenho também que aceitar, sem preconceitos nem receios, que temos muito que fazer ainda para nos afirmarmos no meio científico. Pela minha experiência profissional e académica tenho de reconhecer as nossas insuficiências de formação básica, mas tenho também de admitir que existem inúmeras áreas em que somos “opinion makers” avalizados e profundamente conhecedores. Um dos aspectos mais marcantes do estado actual da investigação em CD é a necessidade que os investigadores sentem de terem de se refugiar noutras áreas com mais fácil acesso a meios de financiamento

e apoios institucionais. Ou seja, o futebol deixa de ser estudado enquanto actividade desportiva, mas passa a ser observado pelo olhar do fisiologista ou do psicólogo, resultando um conjunto de conhecimentos não integrados e dispersos. O futebol, per si, não é entendido como uma actividade suficientemente séria e nobre para ser estudada e investigada. Assistimos, neste sentido, por parte das instituições responsáveis pela formação em CD, a alguma fuga da área preferencial de estudo. É frequente, por exemplo, na candidatura a financiamentos evitar utilizar as palavras “futebolistas”, “andebolistas” ou “nadadores”. Opta-se por recorrer a outro tipo de designações, tais como “atletas”, “indivíduos fisicamente activos” ou “desportistas”, para mascarar um dado que deveria merecer o respeito e a curiosidade científica de toda a comunidade académica. Talvez por isto, seja vulgar encontrar nas instituições académicas projectos de investigação mais relacionados com aspectos menos centrais, mas reconhecido não menos importantes, das CD i.e. assuntos mais periféricos. Projectos como a procura de marcadores moleculares de factores de risco ou o papel da apoptose na atrofia muscular (projectos da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto) são exemplos de temas relevantes do ponto de vista científico e fazendo parte das CD, na sua vertente mais abrangente (i.e. desporto e saúde), mas menos centrados no objecto primeiro desta área: o desporto. O que fazer então? Que estratégias utilizar? Face a este quadro, urge redefinir e eventualmente encontrar uma nova orientação para as CD em Portugal. À falta de reconhecimento científico da área deverá corresponder um forte investimento institucional junto das entidades responsáveis pela I&D no sentido de passar a incluir as CD como campo de pesquisa com objecto próprio e campo de actuação bem definido. Neste sentido, as instituições mais prestigiadas e mais directamente interessadas terão, em termos estratégicos, que reunir meios, materiais e humanos, de forma a tornar mais robusta a investigação na área. Tal como em muitas outras áreas, existem, por vezes, relações mais privilegiadas entre Universidades de continentes diferentes do que entre Faculdades dentro do próprio país. Isto significa que, por certo, existirá um muito maior

número de projectos na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto e na FMH com instituições estrangeiras do que entre estas duas Escolas. Parece-me, portanto, que uma das formas possíveis de aumentar a relevância e a dimensão das CD é concretizar projectos de dimensão sócio-desportiva de grande impacto e relevância, só possível com colaboração multi-institucional, que possam servir de demonstração da capacidade científica dos investigadores em CD. A colaboração entre instituições de formação diferente é também uma estratégia que deverá ser privilegiada. A participação em projectos com a participação de escolas de perfil diferenciado será de estimular. Ganham-se meios técnicos e humanos, mas fundamentalmente lucra-se saber. A experiência científica, a história e o passado de algumas instituições, poderão ser factores de estímulo para o desenvolvimento daquilo que é hoje considerado como a curiosidade e inquietação científicas. Inúmeros trabalhos nas CD podem e devem ser realizados em parcerias com as faculdades de medicina, psicologia, engenharia ou sociologia. As CD podem e devem constituir-se como áreas de cruzamento de conhecimento, técnicas e métodos, de grande abrangência e multi-culturalidade. Outra das estratégias a implementar para o desenvolvimento das CD refere-se ao aumento do número de artigos publicados em revistas “peer-reviewed”. A realidade actual é que muita da investigação feita em Portugal nesta área tem sido apenas avaliada internamente. Falta uma avaliação internacional credível e descomprometida, que só é possível de obter em revistas de reconhecido mérito científico. Os investigadores portugueses em CD têm de entender que todos os seus trabalhos poderão ter uma elevada qualidade, mas para a certificação dessa qualidade é necessário submeter o trabalho à apreciação dos pares com avaliações duplamente cegas. Desta forma, consegue-se obter um “certificado” de qualidade científica impossível de ser concretizado internamente. O mesmo procedimento deverá ser utilizado nas provas académicas. É meu entendimento que neste tipo de provas deverão ser nomeados, sempre que possível, júris internacionais e independentes. Se este princípio do rigor e imparcialidade for quebrado corremos o risco de

estarmos a trabalhar apenas para consumo interno, sem monitorização da qualidade do trabalho e, por isso mesmo, sem reconhecimento científico. Os investigadores deverão, por outro lado, tentar realizar parte dos seus estudos em centros internacionais de reconhecido mérito na área do projecto. O contacto internacional com outras realidades, com outras perspectivas, com outros entendimentos, só pode ser enriquecedor, para além de alargar a rede de contactos e interacções. Do conhecimento que me vem da minha experiência profissional, tenho de concluir que as CD necessitam de um estímulo extra por forma a se autonomizarem,

a ganharem reconhecimento institucional e espaço de afirmação. Estes desideratos só serão plenamente alcançados quando os investigadores em CD entenderem que não basta realizarem os seus trabalhos e projectos entre muros. É necessário apostar na internacionalização dos trabalhos, dos projectos, dos estudos, assegurando um rigor e um controlo científicos só possíveis de obter em parceria com instituições e países com uma mais larga e profunda experiência na área. Muito já foi feito, sem dúvida, muito há, no entanto, para fazer. O caminho é longo, o atraso é grande, mas o futuro é promissor.